

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL**  
**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS**  
**Regulamento de Consulta e Revisão de Provas 1.º e 2.º Ciclo**

**Preâmbulo**

As provas de avaliação (testes e exames escritos) constituem elementos importantes nos processos de aprendizagem, já que da sua realização depende a atribuição de uma classificação aos estudantes. Estes processos devem possibilitar ao estudante a revisão de qualquer prova escrita realizada no seu percurso escolar. Considera-se de grande importância que a revisão de provas seja precedida da consulta das mesmas e que a consulta das provas seja incentivada pelos docentes. Atendendo a estes princípios, define-se de seguida o Regulamento de Consulta e Revisão de Provas da ESCE em conformidade com o estipulado no artigo 12º do Livro I do Regulamento das Atividades Académicas e Linhas Orientadoras de Avaliação de Desempenho Escolar dos Estudantes do IPS.

**Consulta de provas e esclarecimentos**

1. Após a publicação das classificações dos testes e exames escritos de avaliação (contínua ou por exame), deverá ser facultado aos estudantes o direito de acesso à prova realizada.
2. Para o efeito do disposto no ponto anterior, deverão ser anunciados conjuntamente com a publicação das classificações das provas de avaliação, os locais e horários de consulta, que deverão ocorrer dentro de um período mínimo de 24 horas e com um prazo máximo de 5 dias úteis.
3. Aquando da consulta das provas, os docentes deverão prestar aos estudantes que o solicitem os esclarecimentos necessários e incluir:
  - a) A pontuação atribuída em cada uma das questões;
  - b) Os critérios utilizados para atribuição da pontuação de cada uma das questões.
4. Aquando da consulta das provas e depois de prestados os esclarecimentos eventualmente solicitados pelos estudantes, os docentes poderão retificar as classificações atribuídas caso haja concordância.

### **Pedido de Revisão de Provas**

5. Com exceção das Unidades Curriculares de Projeto, Estágio/Projeto Organizacional Aplicado, Simulação Empresarial, no 1.º ciclo, e Dissertação, Trabalho de Projeto ou Relatório de Estágio e Seminários, no 2.º ciclo, os estudantes poderão solicitar a revisão das provas de avaliação (contínua ou por exame) em todas as UC.
6. Tais pedidos são apresentados à Divisão Académica e dirigidos ao Diretor da Escola sendo elaborados em impresso próprio, de acordo com as regras da Divisão Académica até cinco dias úteis após o último prazo de consulta às provas realizadas referido no ponto 2.
7. O estudante poderá depois solicitar à Divisão Académica cópia da prova de avaliação, exclusivamente para a fundamentação do pedido de revisão da prova, não podendo fazer uso dessa cópia para outro fim.
8. A Divisão Académica providenciará junto do responsável da Unidade Curricular a entrega da cópia da prova e o enunciado da mesma.
9. O responsável da Unidade Curricular deverá fornecer os elementos solicitados no prazo de cinco dias úteis após a data em que é notificado para o efeito pela Divisão Académica, procedendo esta à entrega dos elementos ao estudante.
10. A entrega da fundamentação do pedido de revisão de prova deverá ser apresentada pelo estudante na Divisão Académica até dez dias úteis contados a partir da data da receção dos elementos referidos em 9, procedendo esta Divisão à sua entrega ao Diretor da Escola.
11. São liminarmente indeferidos, pelo Diretor da Escola ou pela Divisão Académica, os pedidos de revisão de provas não fundamentados ou apresentados fora de prazo, respetivamente.

### **Revisão de Provas**

12. O Diretor da Escola após receber e aceitar o pedido de revisão de prova, solicitará ao Presidente do Departamento que assegura o funcionamento da Unidade Curricular, a constituição de um júri.
13. O júri deverá ser constituído pelo Presidente do Departamento onde a Unidade Curricular se insere, e por um vogal, Professor ou Equiparado a Professor ou Professor Convidado da área científica da Unidade Curricular, desde que não sejam docentes da mesma.
14. Caso o Presidente do Departamento seja o responsável da Unidade Curricular, ou tenha envolvimento na prova em causa, caberá aos Professores de categoria mais elevada do Departamento, e de entre estes aos com mais tempo na categoria, a presidência do júri e a

designação do vogal de acordo com os princípios referidos anteriormente.

**15.** Quando necessário, poderá ser designado para vogal um Professor externo que, juntamente com o Presidente do Departamento constituirão o júri constituído para o efeito.

**16.** Nenhum dos elementos do júri pode estar envolvido na prova em causa.

**17.** O júri analisará o pedido de revisão de prova tendo por base os fundamentos apresentados pelo aluno e, ouvido obrigatoriamente o docente e o responsável da Unidade Curricular (caso não seja o próprio), elaborará para o efeito um relatório fundamentado onde deverá explicitamente indicar uma eventual nova classificação a atribuir, até dez dias úteis após ser designado.

**18.** O relatório referido no ponto anterior será enviado ao Diretor da Escola que, após aceitação, providenciará as diligências necessárias para eventual correção da classificação inicialmente atribuída e ao envio de cópia do relatório ao estudante.

**19.** Os documentos relativos ao pedido de revisão de provas serão integrados no processo individual do estudante.

**20.** Só é possível fazer um pedido de revisão por cada prova realizada.

Este Regulamento entra em vigor no ano letivo de 2017/2018, no dia útil seguinte à sua publicação.

Aprovado na 45ª reunião do Conselho Pedagógico de 30 de novembro de 2017

Em conformidade com o Regulamento das Atividades Académicas e Linhas Orientadoras de Avaliação do Desempenho Escolar dos Estudantes do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)